



Bolsonaro desmonta Banco do Brasil no meio da pandemia

Sem se preocupar se vai reduzir a capacidade do Banco do Brasil prestar assistência à população que sofre os fortes impactos da pandemia do novo coronavírus, o governo Bolsonaro baixou um plano que reduz a rede de agências do BB. As medidas, a serem impostas neste primeiro semestre de 2021, preveem o fechamento de 361 unidades, sendo 112 agências, 7 escritórios e 242 Postos de Atendimento (PA), além da conversão de 243 agências em postos de atendimento e a 'transformação' de 145 unidades de negócios em Lojas BB, estes últimos, sem gerentes e guichês de caixa.

Para Rita Mota, diretora do Sindicato e membro da Comissão de Empresa dos Funcionários, o desmonte já se constitui na privatização do BB, ao abrir espaço para os concorrentes privados, dentro da estratégia do governo de reduzir os serviços públicos prestados à sociedade brasileira. O enxugamento da estrutura e o corte dos salários já são a preparação para o plano de privatização do BB similar aos de outras estatais e todo o setor público.

"O Paulo Guedes (ministro da Economia) já tinha deixado isto claro quando na reunião ministerial cujas imagens vazaram falou em privatizar 'essa porra do Banco do Brasil'. O governo não tem o menor compromisso com a população que vai ficar desassistida, desrespeita os funcionários que vão perder poder aquisitivo em plena crise. Aliás, o país todo vai perder com a redução da capilaridade do banco", previu. Acrescentou que muitas localidades ficarão sem nenhuma agência bancária.

REDUÇÃO SALARIAL E DEMISSÕES

Com o fechamento de agências e a sua transformação em



Bolsonaro e Guedes enxugam o BB para privatizá-lo

Plenárias vão organizar resposta

Na reunião com a Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB), nesta segunda-feira (11/1), os representantes do banco admitiram não ter todas as informações a respeito do plano que chamaram de reestruturação. As medidas foram consideradas um ataque à categoria e podem causar, na prática, a redução do papel do BB como banco público, com

o fechamento de agências em diversas cidades do país.

A CEBB vai realizar nova reunião na quarta-feira (13) para discutir um calendário nacional de lutas e de mobilização dos funcionários. O Sindicato do Rio vai promover plenárias para organizar a resposta a este ataque do governo, sejam ações de mobilização e jurídicas.

Desmonte já estava nos planos de Guedes: 'vamos privatizar essa p...'

No vídeo da reunião ministerial, do dia 22 de abril de 2020, o ministro da Economia Paulo Roberto Nunes Guedes deixava claro a sua intenção de preparar a privatização do Banco do Brasil. Segundo Guedes, a instituição é um "caso pronto de privatização", e o governo "tem que vender essa porra logo", disse, mostrando seu imenso desrespeito com o papel social e indutor do desenvolvimento que tem o BB.



Na época, o então presidente Rubem Novaes ainda não tinha pedido demissão em função da investigação que o TCU passou

PAAs, serão cortadas funções gerenciais e de módulo, tendo o banco anunciado, também, a extinção do pagamento contínuo da gratificação de caixa. Os funcionários destas atividades sofrerão uma redução salarial significativa. Os caixas passarão a receber como escriturários. Como parte do plano de desmonte do BB, o governo federal, maior acionista individual do banco, pretende dispensar mais de 5 mil funcionários através do Plano de Adequação de Quadros (PAQ) e do Plano de Desligamento Extraordinário (PDE).

Segundo documento ao mercado, intitulado "Informação Relevante", assinado por Carlos José da Costa André, vice-presidente de Gestão Financeira e Relações com Investidores, o plano está sendo imposto para 'adequar' o BB ao novo perfil dos clientes que se utilizam dos canais digitais, 'esquecendo' que no Brasil, 47 milhões de habitantes simplesmente não têm acesso à internet. E para economizar R\$ 353 milhões em 2021 e R\$ 2,7 bilhões até 2025, mesmo com lucro líquido de R\$ 10,189 bilhões nos primeiros nove meses de 2020, dentro da política de diminuição do Estado e de ajuste fiscal.

a fazer sobre a venda suspeita da carteira de crédito do banco de R\$ 1,9 bilhão ao BTG-Pactual, por R\$ 371 milhões. Foi substituído por André Brandão, ex-presidente do HSBC para a América Latina. Brandão prestou depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, em 2015/, criada para investigar evasão de divisas pelo HSBC para clientes de diversas nacionalidades entre 2005 e 2007.

Morre de covid-19, o vereador Fernando William



O Sindicato lamenta informar o falecimento do ex-vereador Fernando William, do PDT, ocorrido no último dia 6. Fernando é mais uma vítima da covid-19, esse flagelo terrível que afeta a humanidade e tem efeito ainda mais trágico em nosso país, fruto do descaso criminoso das autoridades.

Fernando foi vereador entre 1988 e 1996. Voltou a se candidatar e ser eleito em 2016. Entre 1999 e 2006, foi Secretário de Estado de Governo, Secretário de Estado de Projetos Especiais, Secretário de Estado da Criança e Adolescente e Secretário de Estado de Assistência Social. Foi ainda Secretário Municipal de Assistência Social entre 2008 e 2010.

ÉTICA

Referência de ética e de luta, Fernando era médico, com grande atuação em comunidades carentes da região da Leopoldina, onde construiu sua trajetória profissional e política. Foi médico do nosso Sindicato, antes de se eleger vereador, na época em que a entidade possuía um serviço médico, período anterior ao advento dos planos de saúde.

Formado em medicina pela UFRJ, onde começou sua militância política no movimento estudantil pelo PCB, Fernando dedicou sua vida a luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora, em especial, na defesa dos mais humildes. Tinha 66 anos e deixa viúva nossa companheira Conceição Ferreira, dois filhos e uma neta.

A diretoria do Sindicato se solidariza com os familiares, amigos e companheiros de militância do nosso grande companheiro Fernando William e reafirma seu compromisso com a luta por um mundo melhor, justo e solidário. Fernando William presente!

MISSA DE SÉTIMO DIA

Dia 13, às 18 horas na Igreja Matriz São Geraldo - Olaria On line pelo Youtube <https://youtube.com/channel/UCNaWS82PBHViGdV-15-U4Rqg>

Itaú estende prazo para entrega de laudos médicos

Os sindicatos, em contato mantido no último dia 6 com o Itaú, conseguiram estender o prazo de entrega dos atestados médicos comprobatórios das condições de saúde dos bancários que declararam fazer parte do grupo de risco. O banco ainda não informou o novo prazo, mas aceitou a ponderação de que o anterior era muito curto. Uma negociação foi marcada para dia 20. A presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, entende que é preciso estender o prazo levando em consideração que janeiro é um mês difícil, com muitos médicos em férias.

Disse ainda que é preciso en-

contrar uma solução para o saldo negativo de horas acumulado por esse segmento do funcionalismo. A pandemia e o isolamento social provocado por ela se estenderam além do previsto, aumentando muito o saldo negativo dos bancários afastados por fazerem parte do grupo de risco. “Os bancários não podem ser penalizados pela virulência do vírus, pelos erros das autoridades, nem pelo fato de o banco não ter providenciado notebooks para todos”, disse Adriana. “É preciso encontrar uma solução justa que tranquilize esses trabalhadores que têm toda uma vida dedicada ao banco”, concluiu.



Adriana: é preciso estender o prazo

Sindicato dá surra de reintegrações no Bradesco

Já está virando rotina. O Bradesco demite e o Sindicato reintegra. Parece notícia velha, mas não é. O Sindicato fez mais uma reintegração no banco que mais despreza o compromisso assumido de não demitir na pandemia. Agora foi a vez da bancária Debora Cosenza Ferreira Pinto, da extinta agência Galeão, na Ilha do Governador. Debora foi demitida em 30 de outubro e reintegrada por decisão da juíza Adriana Freitas de Aguiar, da 65ª Vara do Trabalho.

Ao ser dispensada, Debora procurou o Sindicato, sendo constatada que a demissão foi ilegal, por ser portadora de patologia característica de LER/DORT que, inclusive, a levou a se licenciar.



Debora, entre os diretores Sérgio Menezes (à esquerda) e Arlensen Tadeu

Ou seja, o Bradesco demonstrando seu desprezo pelas leis e por aqueles que produzem seu lucro fantástico, demitiu uma bancária doente e que se encontrava

em licença-médica. O processo foi feito pela advogada Manuela Martins, integrante do corpo jurídico, sob o comando da diretora Cleyde Magno.

A reintegração foi acompanhada pelos diretores do Sindicato Sérgio Menezes e Arlensen Tadeu que foram abordados por clientes e usuários que se aglomeravam na calçada em frente a agência, debaixo do sol escaldante do verão carioca, e reclamaram muito da falta de respeito com que são tratados pelo banco. Nossos dirigentes se solidarizaram com a população e explicaram como as demissões dos bancários afetam a clientela ao precarizar ainda mais o atendimento.

Para dar certo, vacinação tem que ser para todos

A insistência do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em estimular as pessoas a não se vacinarem, alegando liberdade de decisão, é um verdadeiro crime que pode pôr todo o esforço de imunização por água abaixo. A médica epidemiologista, Ethel Maciel, professora da Universidade Federal do Espírito Santo, alertou para este risco.

“Vacina não é remédio. Vacinação é estratégia coletiva. Se você

comprar e se vacinar e todo seu entorno não vacinar, o vírus pode fazer uma mutação e sua vacina não servir para nada. Dinheiro jogado fora”, advertiu. E acrescentou: “Sabe por que a OMS (Organização Mundial de Saúde) trabalha para que todos os países se vacinem? Porque se alguém em algum lugar ficar sem vacinação, e o vírus fizer uma mudança em sua estrutura, todo o esforço será perdido”, afirmou. E repetiu:

“Para que todos entendam: Vacina é estratégia coletiva. Precisamos do maior número em todos os lugares vacinados. Imunidade coletiva”, frisou.

Argumentou que nossa briga deve ser pelo acesso universal às vacinas e não “eu tenho dinheiro e posso pagar para me salvar”. Ninguém se salva sozinho se não salvar todos. Essa é a lição do vírus, ou entendemos, ou afundamos junto”, disse.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – Sede – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – Sede Campestre - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – Secretaria de Imprensa (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável Coletivo de Imprensa: Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) – Editor Interino: Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - Diagramador: Marco Scalzo - Fotos: Nando Neves -

Ilustração: Mariano - Secretário de Imprensa: Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 0

Sindicato comemora 91 anos com debates e atos de rua

No próximo dia 17 de janeiro o Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro estará completando 91 anos. Fundado como Associação dos Funcionários de Bancos do Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1929, foi transformado, em 17 de janeiro de 1930, em Federação dos Bancários do Brasil, com sede na Avenida Rio Branco, 151, passando esta data a contar como a da criação da entidade sindical, que passou a se chamar Sindicato Brasileiro de Bancários, em 1931. Como o Rio de Janeiro à época, era a capital, a ideia original era ter uma entidade que representasse a categoria nacionalmente.

Como 17 de janeiro cai este ano num domingo, a diretoria do Sindicato vai promover, na semana seguinte, uma série de atividades comemorativas. Entre elas, uma mobilização de rua, na segunda-feira, dia 18; um debate no dia 19 ou 21; um show ao vivo nas redes sociais, ainda com data a ser definida além de um debate político.



1992: primeira Convenção Coletiva de Trabalho (ainda sem os bancos públicos) unifica os direitos dos bancários em todo o país. No mesmo ano categoria participa do movimento Fora Collor que impôs o impeachment do ex-presidente.

MUITAS CONQUISTAS

Para a presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, a comemoração é importante por ter a entidade levado a categoria a garantir ao longo destas décadas, diversas conquistas. E por juntamente com vários outros setores da sociedade, participar da coordenação das lutas nacionais mais gerais que garantiram avanços para o país, como as mobilizações contra o regime militar, em defesa da demo-

cracia, a anistia, o Fora Collor, contra as privatizações e por direitos válidos para todos os trabalhadores. Vários companheiros foram presos, torturados e mortos, como o ex-presidente do Sindicato, Aluizio Palhano. “E este ano, estas lutas específicas em defesa do emprego, dos nossos direitos ameaçados, contra as privatizações, em defesa da democracia, por igualdade de oportunidades vão exigir ainda mais empenho do Sindicato e de todos os bancários e bancárias”, argumentou. Todos os direitos que a categoria hoje tem foram obtidos com muita luta, com muita greve. “Somos hoje o único setor de trabalhadores com direitos iguais em todo o território nacional, o que só foi possível através de grandes campanhas salariais possibilitando a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), a partir de 1992”, lembrou. Desta CCT participavam apenas bancários dos bancos privados. Os de bancos públicos passaram a constar da CCT, em 2005.

Manutenção de direitos na CCT foi uma importante vitória em 2020

Em sua primeira campanha virtual, em 2020, a categoria bancária conseguiu uma importante e histórica vitória, com a manutenção dos direitos constantes da Convenção Coletiva de Trabalho. A CCT foi assinada no dia 4 de setembro pelo Comando Nacional dos Bancários e pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), com validade de dois anos.

Foram mantidos os mesmos direitos da anterior para todos os bancários e bancárias do país, tanto de bancos privados quanto públicos. A assinatura foi híbrida: parte virtual e parte no Hotel Tívoli, em São Paulo.



A presidenta do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e integrante do Comando Nacional, Adriana Nalesso, participou da assinatura. Lembrou que as negociações foram muito difíceis. “Mas o resultado foi positivo, considerando os elementos conjunturais que vivemos, em meio a uma crise econômica, política e sanitária. Tivemos o desafio de nos reinventar para superar as adversidades e ampliar nossa comunicação, e tivemos êxito nisso também”, comentou. Acrescentou que ‘garantir nossos direitos e superar a intransigência do reajuste zero foi fundamental’.

Caixa completa 160 anos. Atos vão dizer não à sua privatização

Como ponto alto da campanha contra a privatização da Caixa Econômica Federal e pela valorização dos seus empregados serão realizados atos públicos por todo o Brasil neste dia 12 de janeiro, data em que o banco público completa 160 anos. No Rio de Janeiro haverá atividades durante todo o dia: às 10 horas, apresentação da Cia de Emergência Teatral, na CEF do Aqwa Corporate, no Porto Maravilha; ao meio-dia, no prédio Passeio Corporate da CEF; e, às 15 horas, manifestação na Central do Brasil. A campanha é coordenada pela Contraf-CUT, federações, sindicatos e pela Fenae.

A história da Caixa se confunde com a do Brasil, tendo sido, desde a sua fundação em 1861, um banco social, voltado para os setores mais pobres da sociedade, sendo, também, um poderoso financiador do desenvolvimento econômico do país, presente em 97% dos 5.570 municípios para que suas ações sociais cheguem a quem precisa. Não é à toa que é um dos principais alvos do programa de privatizações do governo Bolsonaro, que pretende, ao desfazer-se dos bancos e demais empresas públicas, enfraquecer o país, tornando-o ainda mais dependente dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos. Bolsonaro batendo continência à bandeira daquele país foi o gesto que mais mostrou a que interesses o seu governo está subordinado.

TWITAÇO

Além dos atos, a campanha tem seu lado virtual, através da #PrivatizaNão #Caixa160anos e #MexeucomaCaixaMexeucomobrasil. Haverá tuitaço de 11h às 13h, neste dia 12, usando estas hashtags.

A campanha é também pela valorização dos empregados que, como parte do projeto de desmonte para a privatização, vem tendo o seu contingente reduzido gradativamente, mesmo durante a pandemia, o que mostra o enorme descaso do governo com a população. A campanha questiona, ainda, a imposição de metas abusivas, em plena crise sanitária, a não realização de concurso – o déficit de pessoal já supera



19 mil empregados – aumentando a sobrecarga e o adoecimento. Todos podem participar pelas #MetaDesumanaÉCrime, #MetaDesumanaÉExploração e #MenosMetasMaisContratação.

Esta parte da campanha vai denunciar o caráter desumano da exigência de metas em plena pandemia, período em que a preocupação do governo Bolsonaro e da direção da CEF deveria ser em garantir a saúde e a vida dos empregados, através de medidas efetivas de prevenção. O atendimento à população só foi possível devido ao esforço heroico dos empregados, que se desdobraram em jornadas exaustivas mesmo tendo que enfrentar o desinteresse do governo, o risco de contaminação pela covid-19 e o quadro reduzido de pessoal. Neste período, a única iniciativa do governo foi impor a privatização fatiada do banco e metas abusivas, tendo levado os empregados ao adoecimento.

Direção da CEF menospreza as pessoas

Rogério Campanate, diretor do Sindicato e membro da Comissão Executiva dos Empregados, criticou a incompetência da direção da Caixa em lidar com as pessoas, o que se vê refletido, entre outros, em sua incapacidade de cumprir os prazos por ela mesma assumidos, como devolução de tarifas, prorrogação de home office, inclusão dos novos empregados no Saúde Caixa, conversão de APIP. “Nem sequer as metas conseguem estipular dentro do prazo, e despejam as consequências da própria incapacidade sobre os já sobrecarregados trabalhadores, imputando metas absurdas ao final do exercício”, afirmou.

Toda esta situação expõe os empregados a um estresse já elevado por conta do risco de contaminação pelo novo coronavírus. Rogério lembrou que, indiferente aos casos fatais, a direção da CEF mudou para pior os protocolos de prevenção ao covid-19, em

julho. “Escolheu envidar esforços para produzir relatórios que concluam que não é possível afirmar que o empregado foi contaminado no ambiente de trabalho do que discutir os protocolos, sob o raso argumento de que atendem às determinações do Ministério da Saúde”, disse, numa referência à suspensão, entre outras, da exigência de fechamento de unidades para sanitização em casos de contaminação.

Criticou o vice-presidente da CEF, Paulo Ângelo, que se recusou a discutir que providências a direção do banco tomaria para reduzir o risco de contaminação na agência Chile, entulhada junto com a agência Largo da Carioca, fato que facilitou a contaminação e morte recente de um colega daquela unidade. “É fundamental que os empregados protejam-se mutuamente, evitando exposição a riscos, por

que com a atual direção da Caixa não podem contar em absolutamente nada, além dos protocolos. Pedro Guimarães não permitirá combate sério a covid para não perder os tapinhas nas costas do Bolsonaro”, afirmou.

E lembrou: “Interessante pensar que quando entrei na CEF, com governo de direita, o banco estava sucateado e não dava lucro. No período dos governos progressistas, praticamente dobrou de tamanho, e desde o golpe de 2016 vem novamente encolhendo. E ainda tem gente que se acha ‘gestor’ e é incapaz de enxergar isso”.

O diretor Carlos Arthur Newlands, frisou que a Caixa e os empregados sofreram muitos ataques durante toda a sua história, como nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, como estão sofrendo ataques neste momento, mas estão resistindo. “Vamos passar por estes tempos sombrios estando unidos na mesma luta”, disse.